

Economia em Debate

nº 247

(17/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Taxa do cartão de loja é de até 875% ao ano, aponta Proteste

O Estado de S. Paulo - 17/04/2018

Os juros do crédito rotativo cobrados no cartão de lojas, aquele oferecido pelo vendedor na boca do caixa como um crédito fácil e rápido, podem chegar a 875,25% ao ano, aponta levantamento feito pela Proteste, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

O levantamento, que avaliou 37 cartões de lojas de departamento, postos de combustíveis e supermercados no primeiro bimestre, constatou que, na média, os juros do rotativo desses cartões foi de 432,47% ao ano. Essa marca supera de longe a taxa média do rotativo ao ano 333,9% cobrada pelo cartão de crédito dos bancos em fevereiro, segundo o Banco Central (BC).

“Não existe crédito fácil e barato”, diz Renata Pedro, especialista em crédito da Proteste e responsável pelo levantamento. Nesse caso, a facilidade de obter o dinheiro embute um risco e, portanto, um custo de inadimplência maior. Ela conta que a pesquisa incluiu três tipos de cartões: cartão de loja (private label), híbrido (cartão de marca própria que também tem função de crédito) e cartões emitidos por uma instituição financeira (cobranded).

De acordo com a pesquisa, as taxas mais elevadas, coincidentemente a mesma de 875,25% ao ano, foram as das lojas Riachuelo com a Midway e dos supermercado Sonda, com a DMD Card.

Procurada, as lojas Riachuelo informaram que desde abril do ano passado não oferecem mais crédito rotativo no cartão. Segundo a assessoria da empresa, se o cliente deixar de pagar o cartão na data, automaticamente ele recebe uma fatura parcelando a dívida com uma taxa de juros menor. Questionada, a empresa não especificou qual seria essa taxa. A rede de supermercados Sonda não retornou o pedido da reportagem até a noite de ontem.

Diferenças. A especialista em crédito da Proteste explica que existem muitas diferenças entre a pesquisa feita pela sua instituição e a divulgada mensalmente pelo BC. Na pesquisa do BC, os bancos informam a taxa cobrada em vários tipos de cartões e o BC calcula a média do sistema financeiro.

No caso do levantamento do Proteste, Renata diz que os valores são pesquisados pela associação nos sites das lojas e bancos e depois é feita uma checagem com as lojas e instituições financeiras para conferir se a informação está correta. Dos 37 cartões pesquisados neste ano, apenas três responderam ao questionamento da Proteste. As informações das lojas que não responderam a enquete foram consideradas pela associação como corretas. “Temos como comprovar as informações”, diz. Ela alega que tem cópia da página dos sites das lojas pesquisadas e declarações de funcionários responsáveis pelo atendimento ao consumidor.

Mudanças. Para evitar que a dívida do cartão se tornasse “impagável”, em abril do ano passado, o BC mudou as regras do crédito rotativo dos bancos. Desde então, o consumidor só pode fazer o pagamento mínimo de 15% do cartão por um mês. Na fatura seguinte, ou o cliente paga o valor total ou tem de parcelar a dívida em outra linha de crédito, com o juro menor. Após um ano da nova regra vigente, o juro médio do rotativo dos bancos caiu de 490,3% para 333,9% ao ano.

Indicações políticas na Eletrobrás travam privatização no Congresso

O Estado de S. Paulo - 17/04/2018

A privatização da Eletrobrás, anunciada como a maior prioridade do presidente Michel Temer nesta reta final do mandato, enfrenta uma enorme resistência no Congresso Nacional, mesmo entre parlamentares da base aliada do governo. Embora quase nenhum político se declare abertamente contra a desestatização da empresa, vários apresentam restrições ao projeto, principalmente relacionadas às subsidiárias da estatal que atuam em suas regiões.

Maior empresa de energia do País, a Eletrobrás sempre atraiu o interesse da classe política. Os parlamentares usam seus apadrinhados para conceder favores que podem render votos, como obras em ritmo acelerado nos lugares em que estão seus eleitores ou patrocínio de eventos esportivos e culturais com recursos das estatais. Nos casos mais extremos, há os esquemas de corrupção e de financiamento irregular de campanhas, como os investigados pela Operação Lava Jato em Angra 3.

Levantamento feito pelo Estadão/Broadcast com fontes que acompanham as negociações no Congresso mostra que os partidos da base, especialmente o MDB, continuam a ter influência na escolha dos executivos das subsidiárias, mesmo após a entrada em vigor da Lei das Estais, criada para blindar as empresas públicas de indicações políticas. Em 13 das principais empresas do grupo, os dirigentes têm currículo e experiência na área, como exige a nova lei, mas foram “apadrinhados” por deputados e senadores do MDB, DEM, PP, PSB, PSDB e PSD.

Privatizar a Eletrobrás significa mexer em uma estrutura gigante, com tentáculos que se estendem por todo o território nacional: são dezenas de subsidiárias nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia e um centro de pesquisas. A estatal também é dona de metade da usina de Itaipu, tem participações minoritárias em 25 sociedades e participação indireta em outras 178.

Além dos sindicatos de trabalhadores, os principais grupos contrários à privatização da Eletrobrás são os próprios parlamentares, que exercem influência nas subsidiárias locais. O senador Eduardo Braga (MDBAM), ex-ministro de Minas e Energia, por exemplo, quer que as duas subsidiárias que atuam no Amazonas fiquem fora do processo de privatização. Segundo apurou

a reportagem, ele indicou o presidente da Amazonas Geração e Transmissão, Wady Charone Jr. O executivo, que foi funcionário de carreira da Eletrobrás, confirma ter recebido apoio do senador para assumir o cargo. Braga nega.

A bancada mineira no Congresso, liderada por deputados do MDB, indicou o presidente de Furnas, Ricardo Medeiros. Coordenador do grupo de parlamentares de Minas Gerais, o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) diz que o padrinho de Medeiros é o deputado Rodrigo Pacheco (MDB-MG). Pacheco diz que a indicação é de toda a bancada.

Tanto Ramalho quanto Pacheco são contra a privatização da Eletrobrás e não acreditam que o projeto será aprovado na Câmara. “O governo não tem olhado Minas com o devido tamanho. Posso afirmar que não vejo chance de a privatização ser aprovada na Câmara. Isso não passa, pode escrever”, afirmou Ramalho. “O governo federal quer fazer essa privatização de maneira equivocada”, avaliou Pacheco.

A privatização se dará por meio do aumento do capital social da empresa, que oferecerá novas ações na bolsa e, com isso, a participação dos atuais acionistas será diluída. Hoje, a União tem 60% no capital total da Eletrobrás, incluindo BNDES e fundos de pensão.

Nos últimos cinco anos, a companhia acumula prejuízo de R\$ 28 bilhões. As perdas da estatal são atribuídas à crise econômica, à medida adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff para conseguir baratear a conta de luz e às suspeitas de irregularidades em projetos em que estava envolvida. Além de Angra 3, também estão sob investigação empreendimentos como as usinas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

Evolução fiscal continua a dar sinais melhores O Estado de S. Paulo - 17/04/2018

A economia avança lentamente e o déficit fiscal do País continua a ser muito alto, mas ainda assim o Prisma Fiscal de abril do Ministério da Fazenda registra indícios favoráveis no tocante à arrecadação tributária, ao resultado primário do governo central e à dívida bruta federal. Os números seriam ainda mais positivos não fossem as dificuldades de cortar despesas, como indicam as projeções de economistas e consultores ouvidos pela Fazenda até o 5.º dia útil de abril.

Confirmando o que de fato ocorreu nos últimos meses, prevê-se que a arrecadação federal deverá ter bom comportamento em abril e maio de 2018. Já a receita líquida do governo, que resulta das receitas brutas menos transferências, será levemente menor. A despesa total do governo central deverá crescer neste mês, mas a receita tributária deverá permitir que o resultado primário seja menos negativo que o previsto em R\$ 865 milhões. Ainda mais favoráveis são as previsões anuais relativas a 2018 e a 2019. A arrecadação federal deverá ter acréscimo de R\$ 4 bilhões, atingindo R\$ 1,459 trilhão e chegando em 2019 a R\$ 1,578 trilhão.

As previsões de despesa total anual do governo ficaram estáveis entre março e abril. É ponto positivo para o novo titular da Fazenda, Eduardo Guardia. “Aqui não tem nenhuma pressão política (para gastar mais)”, disse Guardia, que foi secretário do Tesouro.

O déficit primário do governo central estimado para 2018 em R\$ 136,1 bilhões é bem inferior ao teto de R\$ 159 bilhões e está em queda, o mesmo ocorrendo com o déficit primário previsto para 2019, que em março foi estimado em R\$ 111,9 bilhões e caiu para R\$ 107,3 bilhões na edição recém-divulgada do Prisma Fiscal. Os analistas ouvidos pela Fazenda parecem acreditar que a qualidade da gestão será preservada no próximo governo.

Outro resultado da avaliação favorável é a nova redução da estimativa de dívida bruta do governo geral de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) em março para 74,9% do PIB em abril. A diferença é pequena, mas a tendência deve ser enfatizada por se tratar de número-chave da gestão fiscal.

As estimativas poderão melhorar mais na medida do impacto fiscal favorável sobre a dívida decorrente da queda da taxa de juros e se houver comprometimento dos agentes políticos com reformas, a começar da previdenciária.

‘Planos para Eletrobrás continuam’, diz Marun **O Estado de S. Paulo - 17/04/2018**

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou ontem, após reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que o governo mantém a disposição em editar um decreto ou “outro dispositivo” para permitir a continuação de análises e estudos técnicos para a privatização da Eletrobrás, mas que a decisão final sobre a operação cabe ao Congresso.

“O decreto deixará claro que a capitalização só irá ocorrer após autorização pelo parlamento, mas acreditamos ser necessário para a continuidade das análises e estudos. Não vamos ultrapassar o Congresso”, afirmou.

Sem prazo. O ministro não deu um prazo para a publicação deste texto. Na semana passada, o governo chegou a anunciar que um decreto seria editado pelo presidente Michel Temer, mas a medida acabou não saindo. “Estamos atentos e dedicados à questão da Eletrobrás. A capitalização é necessária, mas faremos com o apoio do Congresso”, afirmou.

Questionado se haveria a necessidade de mudar a composição da comissão especial na Câmara que analisa o projeto de lei da privatização da empresa, Marun disse acreditar que isso não será necessário e enfatizou que esse tema não foi tratado na reunião com Guardia. Marun disse que haverá reunião no Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir o leilão das que são controladas pela Eletrobrás e que devem ir a leilão antes da capitalização da empresa.

Cenário eleitoral incerto faz Bolsa cair

O Estado de S. Paulo - 17/04/2018

A falta de previsibilidade para as eleições deste ano, somada a um menor otimismo em decorrência da fragilidade do crescimento econômico, levou o Ibovespa (principal índice da Bolsa) a fechar ontem abaixo dos 83 mil pontos, nível que não se via desde fevereiro. O comportamento da Bolsa brasileira, que caiu 1,75%, aos 82.861,57 pontos, destoou dos índices acionários em Nova York, que subiram com a leitura de que o ataque americano na Síria na última sexta-feira foi pontual e de que a tensão geopolítica não deve se agravar por ora.

Por aqui, os investidores ainda digeriam os números da pesquisa Datafolha sobre a corrida presidencial, que mostrou o expresidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda na liderança das intenções de voto, mesmo após sua prisão, e a ascensão de Marina Silva e Joaquim Barbosa, enquanto Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles, mais alinhados às reformas, não decolam.

“O mercado sente que as boas notícias estão acabando”, avalia o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito. “O investidor já tinha visto a reforma da Previdência ser enterrada e agora sente que o governo tem poucas chances de privatizar a Eletrobrás.”

Para Perfeito, além de o mercado desconfiar que os nomes mais bem posicionados na pesquisa eleitoral tenham pouco comprometimento com a continuidade da agenda de reformas do governo Temer, eles podem enfrentar dificuldades em lidar com o Congresso no ano que vem.

“A gente tende a acreditar que qualquer um que seja eleito irá fazer as reformas. Mas não é bem assim, tudo é incerteza”, diz o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman.

De acordo com analistas, outro agravante é o menor otimismo dos investidores, que estava pautado na expectativa de um maior crescimento econômico, que tem se revertido.

“O consumo está muito mais fraco do que se esperava, pela obstrução do canal do crédito. Os preços dos ativos também estavam sobrevalorizados”, diz José Luiz Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB).

Estrangeiros. A instabilidade política também pesou no dólar, que, apesar de ter encerrado ontem em baixa, de 0,42%, cotado R\$ 3,41, já subiu 7% neste ano, refletindo a saída do investidor estrangeiro do País. Segundo o Banco Central, até a primeira semana de maio, US\$ 8,5 bilhões deixaram o Brasil.

Para o economista Gustavo Cruz, da XP Investimentos, além do cenário político, as elevações da taxa de juros nos Estados Unidos também estão fortalecendo a moeda americana. Ele afirma, porém, que o real não deve ficar muito volátil nos próximos meses, pois o Banco Central poderá intervir.

Já o economista Silvio Campos, da Tendências, acredita que a moeda brasileira poderá passar de R\$ 3,50 diante da turbulência política. “Isso pode ocorrer se ganhar favoritismo um candidato menos favorável às reformas.”

Na avaliação de Sylvio Castro, da área de investimentos do private banking do Credit Suisse Hedging-Griffo, a saída dos estrangeiros da Bolsa ocorre após um período de ganhos aqui. “O investidor estrangeiro está fazendo uma pausa tática.”

Prévia do PIB do BC vê alta de 0,5% no trimestre **O Estado de S. Paulo - 17/04/2018**

O crescimento modesto do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de “prévia do PIB” do Banco Central, em fevereiro consolidou a percepção entre os analistas do mercado de que o ritmo de recuperação desacelerou no começo de 2018.

As expectativas iniciais para o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre foram frustradas e agora se encontram em torno de 0,5%, pressionando as projeções do ano para baixo de 3%, e mais próximas de 2,5%. Essa retomada mais lenta mantém em aberto o cenário para a taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Ainda que a maioria aposte em fim do ciclo de quedas em maio, em 6,25%, a chance de a taxa ficar mais baixa não está totalmente descartada. Além disso, o período em que o juro vai ficar inalterado pode ser maior.

Dados divulgados ontem pelo BC indicam que a atividade econômica subiu apenas 0,09% em fevereiro em relação a janeiro, já descontadas as diferenças sazonais. Em janeiro, a atividade havia recuado 0,65%. No ano passado, o indicador com ajuste sazonal havia emplacado avanços de setembro a dezembro, elevando as expectativas de que, em 2018, o ritmo da atividade iria acelerar. Na época, alguns economistas citavam chances maiores de a economia crescer perto de 3% neste ano.

Os números, segundo o ex-diretor do BC, Alexandre Schwartzman, indicam uma “recuperação estável, porém lenta. Para o economista-chefe para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, os números modestos de janeiro e fevereiro sugerem “mais uma consolidação da tendência de alta do que um sinal verdadeiro de enfraquecimento da atividade”.

Caixa reduz juros para financiar casa própria **O Estado de S. Paulo - 17/04/2018**

A Caixa anunciou ontem a redução dos juros cobrados em suas linhas de financiamento imobiliário. A medida, que atinge imóveis de todas as faixas de preços, faz o banco estatal voltar a ter taxas competitivas em relação a seus principais concorrentes. A instituição também anunciou a ampliação do limite de financiamento para imóveis usados.

A taxa de juros mínima cobrada pela Caixa em operações pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) caiu de 10,25% para 9,00% ao ano. Estão enquadrados nessa modalidade imóveis de até R\$ 950 mil localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal e de até R\$ 800 mil para os demais Estados.

No caso das operações pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que abarca os imóveis acima dos limites estipulados no SFH, a taxa de juros mínima cobrada pela Caixa caiu de 11,25% para 10,00% ao ano.

Com as mudanças, o banco se reaproximou da concorrência. • Levantamento feito pelo Estadão/Broadcast mostra que, agora, a taxa da Caixa nos financiamentos de até R\$ 950 mil (9% ao ano) empata com a cobrada pelo Itaú Unibanco.

A taxa mínima da Caixa nos empréstimos para imóveis acima desse valor, de 10,00%, ainda perde dos percentuais cobrados por Santander (9,99%), Bradesco (9,70%) e Itaú Unibanco (9,50%). Em todos os casos, há o acréscimo da TR (taxa referencial) aos juros.

A medida para baratear o custo do crédito imobiliário já havia sido antecipada ao Estadão/Broadcast pelo novo presidente da Caixa, Nelson Antônio de Souza, no início do mês, quando assumiu o comando do banco. “O objetivo da redução é oferecer as melhores condições para os nossos clientes, além de contribuir para o aquecimento do mercado imobiliário e suas cadeias produtivas”, ao ano + TR ao ano +TR disse Souza, em nota.

A Caixa também ampliou de 50% para 70% o limite de financiamento de imóveis usados. Para os imóveis novos, o teto permanece em 80% – o mesmo adotado por boa parte da concorrência.

Outra novidade anunciada ontem é a retomada dos financiamentos com “interviente quitante”: quando um cliente procura a instituição para financiar a compra de imóvel que está Nelson Antônio de Souza alienado em outra operação de financiamento. Nessa transação, o banco quita a dívida com a instituição anterior, com criação de crédito para o novo comprador. O limite nesse caso também será de 70%.

Retomada. As mudanças representam uma regularização da oferta de crédito pela Caixa. No ano passado, a instituição havia reduzido os limites para as operações com imóveis usados e suspenso os financiamentos com interveniente quitante.

A Caixa é líder no setor de crédito imobiliário no Brasil, com quase 70% do mercado. Segundo dados do Banco Central, atualmente o estoque de crédito imobiliário em operações com pessoas físicas, considerando todos os bancos, está perto de R\$ 567,5 bilhões. Desse total, R\$ 505,6 bilhões se referem a operações com taxas reguladas (juros limitados pelo governo) e R\$ 61,9 bilhões com taxas de mercado.

“O objetivo da redução é oferecer as melhores condições para os nossos clientes, além de contribuir para o aquecimento do mercado imobiliário e suas cadeias produtivas.”

PRESIDENTE DA CAIXA

Crédito de R\$ 500 mil fica 16% mais barato **O Estado de S. Paulo - 17/04/2018**

O corte nos juros do crédito imobiliário anunciado pela Caixa Econômica Federal ontem pode gerar uma economia de 15,6% no financiamento de um imóvel de R\$ 500 mil, com prazo de 30 anos para quitação. Em gastos totais, a redução é de quase R\$ 78 mil reais, saindo de R\$ 1.113,2 milhão, quando valia a taxa antiga de 10,25%, para R\$ 1.035 milhão, agora com juros a partir de 9%.

Segundo cálculos do economista e professor da B3 Alexandre Cabral, blogueiro do Estadão, a redução do preço pode alcançar R\$ 171,4 mil para uma casa de R\$ 1 milhão e R\$ 257 mil para imóveis com valor venal de R\$ 1,5 milhão. As simulações levam em conta um financiamento de 100%.

A Caixa anunciou a redução de até 1,25 ponto porcentual das taxas de juros do crédito imobiliário utilizando recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Além disso, o banco também anunciou o aumento de 50% para 70% da cota de financiamento de imóvel usado. As mudanças começaram a valer ontem.

Para o diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac) Miguel José Ribeiro de Oliveira o movimento da Caixa corrige uma rota que vinha sendo prejudicial para a própria instituição: “A Caixa decidiu reduzir o porcentual financiado do imóvel e aumentou os juros. Com isso, começou a perder mercado para outras instituições, que não seguiram o mesmo movimento.”

O executivo da Anefac explica que, em média, cada ponto de redução do financiamento imobiliário impacta com a redução de 10% no montante final a ser desembolsado com o crédito. Esse porcentual tende a crescer conforme o tempo para quitação da dívida.

Segundo ele, com a queda da taxa básica da economia, a Selic, pela metade, ainda há espaço para novos cortes no financiamento imobiliário da Caixa. “A Selic não deve subir tão cedo e ainda há espaço para a Caixa corta mais. Não devemos ter quedas grandes, mas alguma coisa ainda dá”, diz.

Inflação 'implícita' sobe a despeito de IPCA mais fraco **Valor Econômico - 17/04/2018**

O bom comportamento da inflação corrente não tem animado os investidores a apostarem numa melhora mais duradoura do quadro econômico, mesmo com a redução das projeções para os índices de preços. A inflação projetada nas

NTN-Bs, papéis atrelados ao IPCA, subiu nos últimos dias, como reflexo da persistente incerteza que marca um ano eleitoral com tamanha polarização política.

A NTN-B com vencimento em agosto de 2020 embute uma inflação implícita - calculada pela diferença entre o juro do papel e a taxa do DI de prazo equivalente - de 4,36%. A alta acumulada em quase um mês é de 0,24 ponto percentual, contrastando com expectativas gradualmente mais baixas de analistas para o IPCA. De acordo com a pesquisa Focus, a inflação esperada para o fim do ano que vem recuou 0,13 ponto, para 4,07%.

A percepção sobre a conjuntura econômica - de inflação baixa e atividade em lenta recuperação - tem levado alguns economistas a projetarem Selic baixa por mais tempo. O Top 5 de médio prazo para Selic estima a taxa básica em 7,50% no fim do ano que vem, ante o nível de 8% da consulta mais geral do Focus.

"A inflação corrente está baixa, mas o fato é que o mercado tem colocado mais prêmio de risco nos ativos", diz Fernando Ferez, estrategista de renda fixa na Renascença. A recente disparada do dólar, acima de R\$ 3,40, responde por boa parte dessa pressão num ambiente de incertezas. "O cenário ainda é nebuloso porque estamos em um ano muito importante de eleição, que coloca a continuidade das políticas econômicas em jogo", acrescenta.

O resultado da primeira pesquisa eleitoral após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva evidencia que a corrida presidencial está bastante aberta. De acordo com o Datafolha, quase 30% dos entrevistados preferem votar nulo, em branco ou não possuem candidato nos cenários em que o petista é retirado da disputa.

Para o estrategista da Votorantim Asset, Marcos de Callis, o principal "canal de contaminação" é o câmbio. O impacto da depreciação do real na inflação pode até ser limitado, mas não evita um ajuste nos preços dos ativos. "Os fundamentos seguem bem ancorados no curto prazo, o hiato do produto está bem largo e a economia não tem tamanha pujança", diz o especialista. "Mas ainda não há clareza se essa pressão vai continuar por um período relativamente longo até a definição da eleição, o que força o ajuste nas implícitas", acrescenta.

De acordo com profissionais de mercado, o panorama atual é condizente com outra medida de percepção de risco: a inclinação da curva de juros, que aponta a diferença entre a taxa mais longa ante a mais curta. Ontem, as taxas mais longas até tiveram um ajuste para baixo. A taxa do contrato de DI para janeiro de 2021 caiu 5 pontos-base para 7,96% e a do DI para janeiro de 2023 cedeu 4 pontos, a 9,15%. Ainda assim, o DI para janeiro de 2023 está atualmente a quase 300 pontos-base de distância do DI para janeiro de 2019 - nos maiores níveis desde o fim do ano passado.

Para um gestor paulista, ainda há dúvidas se a atual trajetória da inflação - e consequentemente da Selic - é conjuntural ou estrutural, principalmente por

causa de ajuste de contas públicas. "Claro que a inflação implícita pode recuar, aos poucos, conforme os números de inflação corrente e atividade mais fraca forem aparecendo", diz. "Mas só deve engatar mesmo se tivermos mais clareza para embasar as perspectivas", acrescenta.

Retomada lenta eleva incerteza eleitoral, afirmam analistas

Valor Econômico - 17/04/2018

A atividade econômica em ritmo mais lento do que o esperado neste início de ano aumenta a incerteza em uma corrida eleitoral já bastante imprevisível. Na visão de economistas e analistas políticos ouvidos pelo Valor, a retomada aquém do previsto pode fortalecer a candidatura de nomes com baixa capacidade de tocar no Congresso as reformas que garantiriam a continuidade da política econômica atual.

Apesar dos números fracos da atividade em janeiro e fevereiro, com destaque para a desaceleração na recuperação do mercado de trabalho, os especialistas ainda resistem a alterar cenários e continuam a apostar na continuidade da retomada e eleição de um candidato comprometido com as reformas como cenário-base. Mas revisões de apostas podem acontecer ainda antes da Copa do Mundo.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou avanço de apenas 0,09% em fevereiro, na comparação mensal ajustada, após queda de 0,65% em janeiro (dado revisado de -0,56%). Na comparação anual, a atividade cresceu 0,66% em fevereiro, abaixo dos 2,95% de janeiro, confirmando a perda de ritmo da atividade. Em 12 meses, o crescimento acumulado é de 1,32% e no ano, de 1,8%.

A expansão do mês foi menor do que a média das estimativas das instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, que sugeria variação positiva de 0,13%. As previsões variavam entre queda de 0,4% a alta de 0,5%. O comportamento do indicador no mês de fevereiro foi influenciado pela alta de 0,2% da produção industrial, queda de 0,2% do varejo e variação positiva de 0,1% na receita de serviços no período.

Segundo Roberto Padovani, economista-chefe do Banco Votorantim, o impacto da atividade no ambiente eleitoral é direto e depende de duas dimensões. A primeira delas é o ritmo da recuperação: quanto mais intenso, menor a rejeição ao sistema político, o que favorece candidatos do "establishment". O segundo fator é a percepção da população quanto à retomada, o que depende principalmente do emprego formal, que dá maior segurança ao trabalhador, e do nível de vendas e produção, que afeta o faturamento das empresas.

"O que está acontecendo é o pior dos mundos. Temos uma retomada mais lenta e que não tem sido percebida pela população. Isso reforça discursos populistas 'anti-establishment' e, portanto, torna o resultado da eleição incerto", afirma Padovani. A fonte da incerteza é que esses nomes novos com discurso

antissistema, como Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede), teriam aparentemente uma menor capacidade de montar coalizões no Congresso fortes o suficiente para aprovar mudanças constitucionais.

Num quadro marcado ainda por escândalos de corrupção e falência dos serviços públicos, o crescimento da incerteza eleitoral e a fraqueza da atividade se retroalimentam. "O aumento da incerteza eleitoral e sobre o cenário para 2019 tende a postergar decisões de consumo, investimento, contratação e crédito, o que fragiliza a atividade. Isso gera um ciclo vicioso", observa.

Para Rodolfo Margato, economista do Santander, a aposta do banco e do mercado em geral continua sendo a de continuidade da política econômica após as eleições de outubro, com a melhora da atividade ao longo do ano fortalecendo candidaturas ditas "centristas". No entanto, se a velocidade da retomada permanecer muito menor do que estava nas contas, como acontece neste início de ano, não haveria o reforço da economia sobre uma candidatura de centro, avalia.

"A tese geral é de que, ao longo de 2018, a economia vai se recuperar de uma forma mais consistente, isso terá impacto mais perceptível para a população na sensação de bem-estar socioeconômico, o que tende a fortalecer as candidaturas chamadas centristas, com risco menor de ruptura em relação à política econômica atual", diz.

Para ambos os economistas, o principal elemento por trás da frustração no ritmo da atividade neste início de ano é a desaceleração da retomada do mercado de trabalho, com o emprego informal crescendo menos, sem que o trabalho com carteira assinada ocupe esse espaço. "O empresariado de setores mais intensivos em mão de obra, como serviços e construção civil, ainda mostra uma demora na tomada de decisão de novas contratações, especialmente por ser um ano com grandes incertezas no quadro político", avalia Margato.

Na visão de Ricardo Ribeiro, analista político da MCM Consultores, a revisão ligeiramente para baixo das estimativas de crescimento para 2018 não afeta de maneira relevante o quadro eleitoral, que já não era bom para candidaturas do "establishment".

Segundo Ribeiro, apesar da crença quase unânime do mercado na vitória de um candidato reformista em outubro, o quadro eleitoral segue muito aberto. Para o cientista político, a preocupação com a eleição e com 2019 está crescendo no mercado e a definição ou não de alianças nos campos da esquerda, centro-direita e "terceira via" pode resultar em correção das apostas eleitorais já antes da Copa.

Revisão de benefícios sociais pode gerar economia superior a R\$ 20 bi até 2019

Valor Econômico - 17/04/2018

As medidas de revisão de benefícios sociais iniciadas em 2016 devem acumular até o ano que vem uma economia superior a R\$ 20 bilhões para os cofres do governo. O ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, afirmou ontem que o cancelamento de pagamentos indevidos de auxílio-doença vai gerar de 2016 até o fim de 2018 uma economia estimada em R\$ 15,7 bilhões.

"Isso é mais do que a privatização da Eletrobras, para se ter ideia do tamanho da economia", ressaltou. O governo estima que privatização da estatal, se efetivada, deverá gerar no mínimo R\$ 12 bilhões. Segundo ele, a tendência é que a economia já alcançada com a revisão permaneça nos próximos anos, mudando o patamar de gastos com o auxílio-doença para R\$ 20 bilhões ao ano, ante R\$ 27 bilhões na média dos anos anteriores ao início das operações.

O ministro disse que o índice de cancelamentos de auxílio-doença chega a 80%. "Saímos de 1,8 milhão de benefícios em agosto de 2016 e hoje temos 1,4 milhão", disse. Até o fim do ano passado, a revisão e cancelamento de pagamentos indevidos gerou economia de R\$ 5,3 bilhões. Neste ano, houve aceleração do processo.

Segundo ele, outro benefício - o de aposentadoria por invalidez - também passa por revisão e o índice de cancelamentos nas reavaliações está em 30%. A economia estimada para este benefício é de R\$ 500 milhões para este ano e mais R\$ 5 bilhões no ano que vem.

Sobre a revisão do Bolsa Família, o ministro disse ter gerado uma "maior focalização" do programa que, segundo ele, ficou "mais justo". "Conseguimos pela primeira vez zerar a fila de espera do Bolsa Família", disse. Segundo Beltrame, mais de 5 milhões de famílias foram retiradas do programa recentemente, gerando espaço fiscal de R\$ 2 bilhões, que será quase todo ocupado com as 4,8 milhões de famílias inseridas nele com base nos critérios de elegibilidade do programa.

Outro trabalho mencionado por ele foi o cruzamento de dados de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) - pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção. Essa análise, disse, levou à descoberta de 151 mil beneficiários que descumpriam a regra por já receber renda acima do permitido. Beltrame afirmou que outros 17 mil benefícios foram cancelados porque as pessoas já estavam mortas.

'Cadastro positivo elevará competição e reduzirá o spread'

Valor Econômico - 17/04/2018

A aprovação do projeto do novo cadastro positivo é essencial para aumentar a concorrência no mercado de crédito, possibilitando que fintechs e bancos menores tenham informações hoje exclusivas dos grandes bancos, diz João Manoel Pinho de Mello, secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda. Para ele, a proposta, que pode ser votada hoje pela Câmara dos Deputados, ajudará a baixar os elevados spreads bancários - a diferença entre a taxa cobrada em empréstimos e financiamentos e o custo de captação dos recursos.

"Se há um problema concorrencial, temos que atacá-lo com medidas estruturais, que diminuam o custo de entrar no mercado de crédito e deem mais segurança jurídica", diz Pinho de Mello. Segundo ele, "a insegurança jurídica beneficia os que já estão no mercado e sabem operá-la, que são os bancos estabelecidos".

Em entrevista ao Valor, o secretário da Fazenda diz que o cadastro vai baixar o spread ao ajudar "a distinguir bons pagadores - que incluem os que têm dificuldades ocasionais - dos maus pagadores", reduzindo o risco de conceder crédito. Empresas de tecnologia financeira, as fintechs, e bancos de menor porte conseguirão acessar dados que atualmente são conhecidos apenas pelos grandes bancos. Isso aumentará a competição.

"Em países onde se introduziram cadastros positivos que funcionam, a inadimplência desabou, as taxas de juros caíram e a quantidade de empresas e indivíduos que relatam dificuldade de obter crédito diminuiu", diz Pinho de Mello. "A queda das taxas de juros chega a 30% em alguns produtos, como capital de giro, crédito pessoal e empréstimo de cheque especial."

Para Pinho de Mello, o cadastro positivo atual "não decolou" porque, para fazer parte dele, é necessária a autorização prévia do cliente. "O projeto de lei altera a lógica atual, desburocratizando e diminuindo custo. Todos farão parte do cadastro a não ser que expressem sua vontade de não participar, direito que a lei garantirá amplamente."

A insegurança na concessão de crédito é a razão mais importante para explicar o elevado spread no Brasil, segundo Pinho de Mello. "Isso gera alta inadimplência e altos custos de recuperação de garantias, os principais componentes do spread e dos juros ao tomador." A seguir, os principais trechos da entrevista com Pinho de Mello, PhD pela Universidade de Stanford, nos EUA.

Valor: A Selic caiu com força desde outubro de 2016, mas a queda do spread tem sido lenta. Por que o spread caiu pouco - e por que é tão alto?

João Manoel Pinho de Mello: Há múltiplas razões para os altos spreads. A lista é longa: depósitos compulsórios altos, que já estão sendo atacados, custos

tributários, existência da meia-entrada do crédito subsidiado, no qual os spreads reais não são altos. Mas, se tiver que apontar a mais importante, diria que a insegurança na concessão de crédito. Isso gera alta inadimplência e altos custos de recuperação de garantias, os principais componentes do spread e dos juros ao tomador. A atuação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e do Banco Central no mercado de crédito foca em dois pontos principais: diminuição da insegurança de conceder empréstimos e estímulo à concorrência. Sempre que demos segurança nas garantias, o spread caiu, porque o custo caiu e porque mais atores puderam atuar no mercado, aumentando a competição. Foi assim com a consignação em folha de pagamento para o crédito pessoal. Foi assim com a alienação fiduciária para o crédito imobiliário e para o financiamento de automóvel.

Valor: O sistema bancário brasileiro é muito concentrado. Cinco bancos, dos quais três privados e dois públicos, respondem por uma enorme fatia dos empréstimos. Em que medida isso explica o nível elevado dos spreads no país?

Pinho de Mello: Estamos há anos em busca de uma resposta convincente para essa pergunta. Por um lado, o mercado é de fato concentrado. No entanto, não é muito mais concentrado do que em alguns outros países onde o desempenho dos juros é melhor, o que mostra que concentração é apenas um indício. Os retornos dos bancos parecem altos. Mas, se ajustarmos para o risco, ficam mais em linha com países comparáveis ao Brasil. Dito isso, pouca gente está satisfeita com o estado das coisas no mercado de crédito. Se há um problema concorrencial, temos que atacá-lo com medidas estruturais, que diminuam o custo de entrar no mercado de crédito e deem mais segurança jurídica. A insegurança jurídica beneficia os que já estão no mercado e sabem operá-la, que são os bancos estabelecidos. Ela dificulta que o mercado de capitais possa competir com o mercado bancário.

Valor: Há espaço para reduzir impostos que contribuem para tornar o spread elevado ou a situação fiscal impede esse tipo de medida?

Pinho de Mello: O fato de a inadimplência representar fração significativa do spread demonstra que há muito espaço para diminuí-lo antes de mexer na carga tributária. O cadastro positivo trará diminuição significativa do spread sem colocar pressão no resultado fiscal.

Não tem segredo para o spread cair: dar segurança às garantias e criar um cadastro positivo que funcione"

Valor: Números do BC para empréstimos com taxas prefixadas do crédito livre apontam que a inadimplência respondeu por uma média de 37,2% do spread entre 2011 e 2016. Por que o peso da inadimplência é tão grande? Como reduzi-lo?

Pinho de Mello: O problema é institucional. Duas características explicam a alta inadimplência: falta de segurança nas garantias e falta de informação disponível publicamente sobre os tomadores de empréstimos. A falta de segurança das garantias desestimula os empréstimos garantidos por bens e

ativos financeiros. Se não se consegue executar uma garantia ou se é muito caro fazê-lo, não há muita razão para dar empréstimos lastreados com garantias. Predominam empréstimos sem garantias, que são mais arriscados e, portanto, têm juros maiores. A falta de informação publicamente disponível também é um problema grave. Todos países cujos sistemas financeiros funcionam para servir aos consumidores e às empresas, e não os amigos do rei e aos ricos, têm sistemas de compartilhamento de informação sobre os tomadores, como birôs de crédito. No Brasil, os birôs de crédito conseguem apenas reconhecer quem está negativado. Sem conseguir distinguir os maus pagadores contumazes daqueles que sofreram dificuldades momentâneas, o risco de conceder empréstimos aumenta. E os credores cobram por esse maior risco na forma de juros altos. Assim como no caso das garantias, não tem segredo. Se aumentar a transparência quanto aos devedores, o juro cai e o crédito fica mais abundante. Por causa disso, a aprovação do novo cadastro positivo é essencial para a redução dos juros e dos spreads bancários. Os problemas institucionais prejudicam os mais pobres e as empresas pequenas. Os ricos têm um ou mais bens para dar como garantia. Têm dinheiro próprio para empreender ou para atravessar uma dificuldade. As grandes empresas têm acesso ao mercado de capitais ou ao BNDES. Sem bens para dar como garantia, o ativo mais importante dos mais frágeis é o histórico de bom pagador. Mas, na falta de informação publicamente disponível, o mais pobre acaba na mão do agiota e do atravessador, que têm meios alternativos de coleta de empréstimo e não necessitam tanto distinguir o joio do trigo.

Valor: O projeto do cadastro positivo está na iminência de ser votado pela Câmara dos Deputados. Como a nova forma do cadastro pode ajudar a baixar o spread?

Pinho de Mello: O cadastro positivo é a medida mais emblemática da estratégia de diminuição de risco e aumento de concorrência. Ele baixará os juros por duas razões. Primeira, ao ajudar a distinguir bons pagadores - que incluem os que têm dificuldades ocasionais - dos maus pagadores, o cadastro positivo diminuirá o risco de conceder crédito e, com isso, os spreads. A inadimplência é um componente significativo do spread. Segunda, com o cadastro positivo as fintechs e bancos menores terão acesso a informações que hoje são exclusivas de bancos grandes. Isso aumentará a competição, o que faz cair o spread. Em países onde se introduziram cadastros positivos que funcionam, a inadimplência desabou, as taxas de juros caíram e a quantidade de empresas e indivíduos que relatam dificuldade de obter crédito diminuiu. A queda das taxas de juros chega a 30% em alguns produtos, como capital de giro, crédito pessoal e empréstimo de cheque especial. O cadastro positivo é a incorporação de informações de bom pagamento e de dívidas abertas no cálculo da nota de crédito dos tomadores. A nota de crédito é um número, que resume o histórico de crédito do tomador. A nota informa aos bancos e fintechs sobre a chance do tomador ficar inadimplente. A nota já existe, mas, para a maioria esmagadora dos brasileiros, ela é calculada usando apenas a informação de calote (a negativação). Assim, se alguém teve uma dificuldade momentânea, mas seguiu pagando suas contas em dia, sua nota será parecida com a de quem dá calote sempre.

Valor: Por quê?

Pinho de Mello: Essa injustiça decorre do fato de que a maioria das pessoas não está no cadastro positivo. É um contrassenso, uma inversão total de valores, que a informação negativa seja mais amplamente compartilhada do que a informação de bom pagador. O cadastro positivo já existe, mas não decolou. Na forma atual, a entrada no cadastro demanda a autorização prévia do cliente. A inércia, a desinformação, a burocracia e o custo de ir até um birô de crédito para solicitar a inclusão no cadastro fazem o cliente não agir. Em um universo de mais de 100 milhões de clientes, há apenas 5 milhões cadastrados. O projeto de lei altera a lógica atual, desburocratizando e diminuindo custo. Todos farão parte do cadastro a não ser que expressem sua vontade de não participar, direito que a lei garantirá amplamente. No modelo proposto, apenas a nota de crédito do tomador estará disponível sem o consentimento prévio dos consumidores porque esse número é suficiente para a concessão de crédito. O compartilhamento do histórico de crédito - que contém informações detalhadas e, portanto, sensíveis - seguirá sujeito ao consentimento prévio.

Valor: Num país com uma concentração bancária tão grande, o cadastro positivo não terá um efeito sobre o spread? Pelos números do BC, o lucro dos bancos respondeu por um pouco mais de um terço do spread entre 2011 e 2016.

Pinho de Mello: Exatamente o contrário. Se há de fato um problema concorrencial, o cadastro positivo é parte essencial da solução. Hoje, o banco no qual o cliente tem conta possui uma vantagem concorrencial porque sabe o histórico de crédito do cliente. Portanto, consegue distinguir o joio do trigo e têm uma vantagem sobre os outros bancos e sobre as fintechs, que estão entrando para competir com os bancos. Com o cadastro positivo, todos os competidores terão acesso à nota de crédito do tomador e conseguirão competir em condições mais equânimes. Isso aumentará a competição e trará crédito mais barato e farto, principalmente para os mais frágeis e para as empresas pequenas. O cadastro positivo ajudará muito as fintechs, como comprova o apoio veemente da Associação Brasileira de Crédito Digital, que representa as fintechs, ao projeto. É a medida mais pró-concorrencial que já se tomou no mercado de crédito brasileiro. É por isso que me surpreende que algumas entidades de defesa do consumidor sejam contra. A quem interessa o conservadorismo? Não aos consumidores, que tomam crediário pagando juros altíssimos. Certamente não às empresas pequenas, cujo capital de giro é caro. O Brasil precisa ser menos arrogante e aprender com as experiências alheias bem sucedidas. Não tem segredo para o spread cair: dar segurança às garantias e criar um cadastro positivo que funcione.

Valor: O Banco Central promoveu recentemente uma redução expressiva dos compulsórios sobre os depósitos à vista. Isso pode ajudar a reduzir o spread ou o impacto será limitado?

Pinho de Mello: O BC e os ministérios econômicos estão trabalhando para normalizar o mercado de crédito brasileiro. A alta exigência de depósitos

compulsórios é uma manifestação dessa anormalidade, que decorre de fatores históricos, como a hiperinflação e o uso do sistema bancário para financiar o desequilíbrio do setor público. A redução promovida pelo Banco Central é bem-vinda por várias razões, sendo uma delas a redução do juros para o tomador, porque o depósito compulsório é um componente do spread.

Valor: Além do cadastro positivo, que medidas adicionais implementadas recentemente ou em estudo pela Fazenda e pelo BC podem ajudar a baixar o spread?

Pinho de Mello: Várias medidas já foram ou estão sendo tomadas. Todas elas vão no sentido de dar mais segurança e de aumentar o estímulo à competição. A próxima medida que está na fila é o projeto de lei da duplicata eletrônica, que complementa o Lei do Ônus e Gravames em ativos financeiros. Assim como o novo cadastro positivo, é uma medida de iniciativa parlamentar que tem apoio do executivo e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ela facilitará o registro de duplicatas, diminuindo o custo de dar segurança jurídica a esse recebível. Tem o potencial de ser para o mercado de desconto de duplicata o que a consignação em folha de pagamento foi para o crédito pessoal. O BC fez uma alteração importante na portabilidade da conta corrente. Agora, a iniciativa para mudar a conta de banco passa a ser do banco que receberá a conta, como é no caso de telefonia celular. É uma medida extremamente pró-competitiva. Não só estimula mais competição entre os bancos que já o operam como facilita a entrada de novos ofertantes de produtos bancários. Há várias outras medidas, mas não dá para deixar de citar a TLP [Taxa de Longo Prazo], nova taxa que baliza os empréstimos do BNDES. A TLP diminui o subsídio e começa a fechar o guichê da meia-entrada do mercado de crédito direcionado. Sobrarão mais recursos para o mercado livre, que fará diminuir os juros e os spreads.

Valor: O governo anterior tentou usar bancos públicos para induzir uma queda do spread. Esse tipo de medida pode ter alguma eficácia para baixar as taxas cobradas do consumidor de modo sustentado?

Pinho de Mello: A experiência do governo anterior mostra que os juros não caem na marra. A competição pode falhar ocasionalmente, mas é sempre a solução mais duradoura. Não dá para forçá-la artificialmente. Ela deve ser fomentada estruturalmente, e ser cuidada com muito zelo. Fomentar o aumento sustentado de competição é um dos objetivos centrais da estratégia de diminuição de spread que a equipe econômica tem seguido.

Fazenda tem equipe com perfil mais liberal desde governo FH

O Globo - 17/04/2018

O Ministério da Fazenda anunciou ontem Mansueto Almeida como novo secretário do Tesouro Nacional. Com a escolha, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, confirma a equipe de perfil mais liberal à frente da pasta desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Mansueto substitui Ana Paula Vescovi, que saiu do posto para a secretaria executiva do ministério.

Tanto o secretário como o chefe da pasta tiveram, em sua história, relações com governos do PSDB. Mansueto, por exemplo, teve papel ativo na equipe montada por Arminio Fraga e que deu apoio econômico à candidatura de Aécio Neves nas eleições de 2014.

O próprio Guardia já ocupou posições estratégicas em governos tucanos. Foi secretário do Tesouro de Fernando Henrique Cardoso e ficou à frente da Secretaria de Fazenda no governo Geraldo Alckmin. Em sua posse, na semana passada, o ministro contou com um time de peso na plateia: o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, o ex-secretário executivo da pasta Amaury Bier e o ex-ministro do Planejamento Martus Tavares.

À frente da privatização da Lotex

A agora número dois de Guardia, Ana Paula também tem um histórico liberal e fiscalista. A secretária-executiva do ministério foi assessora no gabinete do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ela é conhecida por ser dura nas negociações, sobretudo nas discussões sobre socorro financeiro aos estados.

Guardia sabia que seria difícil tirar uma pessoa do mercado para ocupar o Tesouro após a decisão de deslocar Ana Paula para a secretaria-executiva. Isso porque, com as eleições de outubro, o ministro só tem como certos os próximos nove meses à frente da Fazenda. Assim, buscou uma solução interna. Mansueto já integrava a equipe na gestão Henrique Meirelles, à frente da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel). Ele chegou a ser cotado para ocupar o Ministério do Planejamento e a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na Sefel, Mansueto passou os últimos meses focado na privatização da Lotex, que comanda as chamadas raspadinhas. Chegou, inclusive, a ir a Las Vegas para discutir a concessão. A venda, contudo, ainda não saiu. A Sefel passará a ser comandada pelo economista Alexandre Manoel Angelo da Silva, que já atuava como subsecretário de Mansueto.

Mansueto é mestre em Economia e técnico de planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele já havia atuado no Ministério da Fazenda entre 1995 e 1997, no governo Fernando Henrique, como coordenador-geral de política monetária e financeira da Secretaria de Política Econômica. Também foi da Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo do Senado Federal. Em 2014, atuou como consultor privado, mas voltou ao serviço público em 2016.

O ministro da Fazenda também decidiu indicar Ariosto Antunes Culau para o cargo de secretário-executivo adjunto, no lugar de Daniel Alves. Segundo a Fazenda, ainda não foi decidido se Alves deixará o ministério.

União identifica 151 mil benefícios sociais irregulares

O Globo - 17/04/2018

Um pente-fino nos programas sociais do INSS permitiu ao governo identificar 151 mil auxílios irregulares pagos a idosos e deficientes de baixa renda por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O cancelamento desses pagamentos pode gerar uma economia de R\$ 1 bilhão por ano, mas o processo é moroso, segundo o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame. Para facilitar a suspensão dos benefícios, será publicado decreto nos próximos dias. Foram encontrados 17 mil mortos que continuavam recebendo a assistência, além de pessoas com renda familiar per capita de até seis salários mínimos, quando o critério para concessão do benefício é de renda per capita de meio salário mínimo.

A revisão dos programas também já resultou na suspensão de 228 mil auxílios doença, o que gerou uma economia de R\$ 7,6 bilhões em dois anos. A expectativa do governo é obter uma redução de despesas de R\$ 15,7 bilhões ao fim do pente-fino.

— É mais do que a privatização da Eletrobras — disse o ministro.

Beltrame mencionou que, nas aposentadorias por invalidez, 30% dos benefícios são pagos a pessoas que têm condições de trabalhar. Foi identificado, por exemplo, um segurado que recebeu o auxílio-doença indevidamente por dez anos. O homem, de 33 anos, que mora em Olinda (PE), dizia ter câncer no pulmão. Entretanto, um médico perito constatou, por meio do Facebook, que ele trabalhava como personal trainer e corria maratonas.

Pente-fino em auxílios para baixa renda

Correio Braziliense - 17/04/2018

O governo pretende economizar até R\$ 1,19 bilhão por ano ao fazer um pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda, calcula o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Pela lei, para receber o valor, cada pessoa da família deve ter renda mensal de, no máximo, um quarto do salário mínimo, o equivalente hoje a R\$ 234,25. Mas um cruzamento entre bases de dados do Executivo revelou que dos 4,4 milhões de beneficiários, 151 mil recebem mais de meio salário (R\$ 468,50) per capita por mês. Portanto, não se encaixam no requisito. Outros 17 mil estão mortos e, mesmo assim, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) continua pagando o benefício, o que gera um gasto desnecessário de R\$ 190 milhões por ano aos cofres públicos.

O governo poderá deixar de pagar R\$ 1 bilhão dos R\$ 51 bilhões destinados ao BPC anualmente se ficar comprovado que todos os 151 mil do primeiro grupo recebem mais de meio salário mínimo, faixa de corte escolhida para evitar controvérsias judiciais — a lei estabelece um quarto, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considera o valor insuficiente para avaliar a “situação de miserabilidade” de uma família. Os rendimentos indevidos, em alguns casos,

chegam a valores muito acima de qualquer uma dessas faixas. Pelo cruzamento de informações do MDS com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e outras bases de dados, o governo identificou famílias que recebem BPC mesmo tendo renda per capita de seis salários mínimos — R\$ 5.622. “Isso demonstra uma fragilidade anterior no processo de gestão desse benefício”, avaliou o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame.

Potencial maior

O potencial de economia pode aumentar, já que a revisão do BPC tem sido feita de forma exclusivamente administrativa, por meio de conferimento da base de dados. Os resultados dessas conferências são relacionados apenas à compatibilidade ou não da renda das pessoas. Ainda haverá, segundo Beltrame, revisões médico-periciais, como as que têm sido feitas no auxílio-doença e na aposentadoria por invalidez, para que o MDS confira se, entre os 2,4 milhões de beneficiários deficientes (54,5% do total), a condição se mantém.

O processo de cruzamento de dados começou, porém, o governo só conseguirá recuperar o valor pago indevidamente daqui a alguns anos, prazo que não foi estipulado com precisão pelo ministro. Segundo Beltrame, as revisões no BPC são “mais morosas” que as feitas em outros benefícios. “Tem mais fases de recursos, apresentação de defesa, direito ao contraditório do que um benefício como o auxílio-doença, que é mais ágil. Temos cuidado redobrado no processo de revisão e eventual cancelamento do BPC”, ressaltou o ministro.

Para agilizar o processo, o governo deve editar um decreto simplificando o procedimento de cancelamento do benefício. A ideia é, “em vez de ficar numa burocracia interminável de revisão e de processamento dos dados, fazer um rito mais sumário”, garantindo, entretanto, que não haverá injustiças, disse Beltrame. “Hoje tem que mandar carta registrada, abrir prazos. A ideia é fazer a comunicação via rede bancária”, explicou. O decreto já foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República.

Revisão

O valor da potencial economia com as revisões no BPC se somará aos mais de R\$ 20 bilhões que o governo pretende deixar de gastar até 2019 com o pagamento indevido de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. Até agora, o pente-fino no auxílio-doença, feito desde 2016, garantiu R\$ 7,6 bilhões de economia aos cofres públicos. Em média, oito em cada 10 benefícios revisados foram cancelados. Se a média for mantida, a economia pode chegar a R\$ 15,8 bilhões até 2019, estima o MDS.

Outros R\$ 5 bilhões virão do exame de aposentadorias por invalidez em 2019. O processo começou em março deste ano, mas, em 2018, resultará em uma economia de cerca de R\$ 500 milhões. A economia demora a ser contabilizada porque há uma transição até que o beneficiário perca por completo o benefício.

Durante seis meses, ele recebe o valor integral. Depois, fica um semestre com a metade e, por fim, mais seis meses ganhando 25%. Além disso, o ministro ressaltou a economia potencial com o Bolsa Família, que também tem sido revisado. Entre maio de 2016 e março de 2018, o governo excluiu o benefício de 5,2 milhões de famílias que o recebiam indevidamente. A economia seria de R\$ 2 bilhões, mas os valores passaram a ser pagos para outras 4,8 milhões que estavam na fila de espera.

Fazenda confirma Mansueto no Tesouro

O Ministério da Fazenda confirmou, por meio de nota, que Mansueto Almeida, atual secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel), vai comandar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A informação foi antecipada pelo Correio no último sábado. Com a mudança, a Sefel será terá à frente o economista Alexandre Manoel ngelo da Silva, atual subsecretário de Governança Fiscal e Regulação de Loterias. A pasta também anunciou Ariosto Antunes Culau para o cargo de secretário executivo adjunto. Mansueto assume a STN no lugar de Ana Paula Vescovi, que passou para a secretaria executiva do ministério, substituindo Eduardo Guardia, que é o atual ministro da Fazenda.

BC vê crescimento fraco

Correio Braziliense - 17/04/2018

Fruto de investimento baixo e consumo das famílias ainda contido, a economia deve apresentar um crescimento tímido no primeiro trimestre do ano. De acordo com economistas ouvidos pelo Correio, a alta do Produto Interno Bruto (PIB) do período ficará entre 0,4% e 0,6%, o que dificulta uma expansão maior no restante do ano. Divulgado ontem, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) mostrou que o país avançou 0,09% em fevereiro, depois de cair 0,65% em janeiro.

De acordo com especialistas, o dado pouco expressivo foi resultado de indicadores fracos, nos dois primeiros meses, nos setores de serviços, varejo e produção industrial, que desanimaram o mercado. O acúmulo de notícias ruins na área econômica nos dois primeiros meses aumentou o pessimismo dos analistas para o resultado da atividade em 2018. O governo projeta expansão de 3% no ano, algo que, por enquanto, o mercado não vê possibilidade de ocorrer.

Marcos Melo, professor do Ibmec, afirmou que não é impossível o país apresentar o desempenho esperado pelo governo, até porque ainda podem ocorrer surpresas positivas ao longo do ano, mas, pelo cenário construído nos primeiros meses, é “improvável”. Ele observou que a não aprovação de reformas em 2017 e as incertezas do ano eleitoral prejudicaram os investimentos, impedindo um avanço maior dos diversos setores. Melo também avalia que as incertezas com a guerra comercial entre China e Estados Unidos cria ambiente negativo para os negócios. “Ainda está tudo muito nebuloso. Há tantas possibilidades que é muito difícil prever o crescimento do país, mas 3% me parece muito alto”, disse.

O professor Mauro Rochlin, da Fundação Getulio Vargas (FGV), apontou um declínio notório nas projeções dos analistas. Ontem, o Boletim Focus, do Banco Central, mostrou que o mercado reduziu a expectativa para o PIB de 2018 de 2,8% para 2,76%, marcando a terceira queda semanal consecutiva. “Os indicadores não registraram desempenho satisfatório e isso é resultado da falta de investimentos, porque os empresários estão cautelosos com as eleições. Há uma grande preocupação com o ajuste fiscal, mas só veremos melhora nessa questão quando o cenário estiver mais bem definido”, declarou.

O setor de serviços é o que mais está prejudicando o desempenho da economia. Responsável por 63% do PIB, o segmento está “segurando” a retomada, dizem os economistas. Em janeiro, houve queda de 1,9% no volume de contratos, seguida de alta de 0,1% em fevereiro. A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, prevê crescimento de 2,8% na atividade econômica em 2018. “Para nós, há fundamentos indicando que a economia pode reagir nos próximos meses. O principal é a queda de juros, que está contribuindo para a saúde financeira das famílias, reduzindo o comprometimento da renda e o endividamento”, pontuou.

Para 2019, o mercado espera crescimento de 3% na economia. Pela 11ª vez consecutiva, o relatório mostra queda na projeção de inflação deste ano, que chegou a 3,48%. A expectativa para o ano que vem é de 4,07%. A taxa Selic deve fechar em 6,25% ao ano, em 2018, e em 8% em 2019.

Decreto da Eletrobras

Sem dar detalhes, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, reafirmou ontem que o governo vai editar um decreto ou “outro dispositivo” sobre a privatização da Eletrobras. De acordo com ele, o texto deixará “claro” que a capitalização só irá ocorrer após autorização do Congresso Nacional. Na prática, o governo quer reforçar a intenção de desestatizar a empresa, mas sem atropelar a Câmara, que analisa o projeto de lei sobre o tema. As declarações foram dadas depois de encontro com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Compra da casa própria fica mais fácil

Correio Braziliense - 17/04/2018

O sonho de obter a casa própria pode estar mais próximo de se tornar realidade para boa parte da classe média. A Caixa Econômica Federal (CEF) anunciou ontem redução de até 1,25% nas taxas de juros do crédito imobiliário. Além disso, o banco aumentou o percentual do valor a ser financiado nas compras de imóveis usados. As mudanças começaram a valer ainda ontem e são para linhas de financiamento que utilizam recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A taxa mínima de juros caiu de 10,25% para 9% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR), nos créditos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Por

meio dessa linha, são financiados imóveis residenciais com valor de até R\$ 800 mil, com exceção de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, onde o limite é de R\$ 950 mil. Para imóveis do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), nos quais se enquadram imóveis maiores do que os abrangidos pelo SFH, a taxa mínima caiu de 11,25% para 10% ao ano, mais TR. Além disso, no caso de imóveis usados, a Caixa aumentou de 50% para 70% o valor que pode ser financiado. Para unidade novas foi mantido o teto de 80%.

Aquecimento

A medida pode contribuir para aquecer o setor e ajudar a reanimar a economia, num momento em que ao nível de atividade dá mostras de estar perdendo fôlego. De acordo com Néelson Antônio de Souza, presidente da Caixa, a redução das taxas de juros facilita o acesso à casa própria e contribui para estimular o mercado imobiliário. “O objetivo é oferecer as melhores condições para os nossos clientes, além de contribuir para o aquecimento do setor imobiliário e suas cadeias produtivas”, explicou.

Para os compradores, a queda dos juros pode significar uma boa economia. Na compra de um imóvel de R\$ 1,5 milhão, por exemplo, a mudança pode reduzir os desembolsos em R\$ 257,1 mil ao longo de um contrato de 30 anos, por meio da diminuição do valor das prestações. Antes das novas taxas, o valor a ser pago seria de R\$ 3,92 milhões. Agora, o total passa para R\$ 3,66 milhões.

A advogada especialista em direito imobiliário Paula Farias afirma que o momento econômico é favorável para esse tipo de compra. “A gente vê a população, em geral, mais otimista em relação à economia. A alteração da Caixa também traz mais fôlego aos potenciais compradores de imóveis”, acrescenta. Mesmo considerando o momento interessante para a compra da casa própria, Paula faz observações sobre a situação econômica e política do país. “É um cenário delicado, é ano de eleição. Muitos olhos estão voltados para outubro, mas nada impede que essas mudanças tragam, de fato, maior crescimento para o país”, argumentou.

Planos

A notícia de que o crédito está mais barato chamou a atenção do auxiliar administrativo Matheus Santiago, de 20 anos. Embora jovem, ele faz planos para adquirir a casa própria em cerca de cinco anos. O objetivo, no entanto, depende de uma melhoria financeira na vida dele. “No momento, preciso ganhar melhor. Depois disso, devo correr atrás da minha casa”, disse. Apesar disso, Santiago acredita que a baixa dos juros vai facilitar seus planos. “Está mais fácil comprar agora. Se as taxas continuarem caindo, acredito que vou poder comprar um imóvel em menos de cinco anos”, afirmou.

A especialista Paula Farias observa que outras preocupações precisam ser levadas em conta na hora de adquirir uma casa ou apartamento. “É importante buscar a matrícula do imóvel para ver a procedência dele, quem é o proprietário e se ele não está, por exemplo, empenhado para garantir o

pagamento de dívidas”, orienta. Ela também adverte: “É importante que o comprador não aja por impulso nesse momento, e que a compra seja muito bem pensada. Como deveria ser sempre, independentemente do valor do negócio”.

Falta de garantia impede avanço das lojas em fronteira terrestre

DCI - 17/04/2018

Superada a falta de regulamentação, o desenvolvimento das lojas francas (ou free shops) terrestres no País – já existentes em vizinhos como Uruguai, Argentina e Paraguai – ainda depende de garantias do governo para atrair um maior número de investidores, sobretudo entre empreendedores locais e de médio porte.

Na opinião do CEO da empresa de consultoria e pesquisa Croma Marketing Solutions, Edmar Bulla, a atuação neste regime aduaneiro não está na pauta prioritária das grandes empresas do nicho neste momento, muito pela falta de garantias do governo sobre competitividade. “Devemos entender que há pontos que exigem atenção [...] Até o governo comprovar a atratividade com bases sólidas, os grandes não vão colocar os olhos sobre isso”, destaca.

A Instrução Normativa RFB nº 1799, de 2018, foi publicada há um mês no Diário Oficial da União e complementa à Portaria MF nº 307, de 2014, que já tratava sobre o regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

Entre os pontos que estão gerando maior discussão estão as condições fiscais-tributárias e a cota de compra mensal, onde é necessário gerar uma condição de igualdade às lojas brasileiras para garantir a competitividade com as operações estrangeiras localizadas em municípios próximos. “Se existem duas lojas separadas por alguns quilômetros e aqui o consumidor tem uma cota mensal muito menor, para onde ele vai?”, indaga.

Uma das críticas do executivo à Portaria MF 307 é a redução da cota do modal terrestre de US\$ 300 para US\$ 150, que se dará a partir de 1º de julho. “Tinha que aumentar, e não diminuir. Provavelmente veremos um movimento do mercado para que o governo crie competitividade em cotas mensais”, destaca.

Outra questão que preocupa, diz Bulla, são as garantias de controle de contrabando, que afetaria o desempenho do mercado, além da infraestrutura tecnológica, que ainda não está pronta, mesmo que a lei de 2014 já aprovasse o regime aduaneiro especial nestes locais. De acordo com a Receita, o sistema vem sendo desenvolvido em parceria com o Serpro e está em fase final de testes.

Apesar dos desafios, Bulla destaca um ponto positivo: a exigência de patrimônio líquido mínimo de R\$ 2 milhões. “Normalmente são R\$ 5 milhões. Então quando ele [o governo] faz isso, deixa espaço para a entrada de lojas não tão grandes e investidores locais”, explica.

Um exemplo de que isso é possível são as lojas francas terrestres no Uruguai. “Você tem lojas locais que cresceram e têm fachadas de primeiro mundo. Mas não são grandes players”

Correndo atrás

Em nota ao DCI, a Receita Federal confirmou que já existem pedidos de empresas para atuar neste regime, mas não revelou nomes dos grupos interessados. Procurado, o diretor das operações da Dufry no Brasil e Bolívia, Gustavo Fagundes, afirmou que “o duty-free [livre de impostos, na tradução livre] de fronteira atende à meta da empresa de diversificar suas operações e expandir para diferentes canais além do varejo aeroportuário. Dessa forma, como este é um novo canal e um novo conceito, pelo menos no Brasil, a empresa continuará analisando em detalhes a regulamentação e o escopo para avaliar a melhor forma da operação.”

Antecipando esse movimento, o secretário municipal de desenvolvimento da Prefeitura de Uruguaiana, Pedro Braccini, afirmou que o governo municipal deve receber representantes das empresas Duty Free e Dufry. “Além disso temos empresários locais interessados. Um já está construindo uma loja e outro tem uma rede de supermercados na região e lojas no Uruguai então tal vez tenha interesse.”

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), Eduardo Terra, ainda que as prefeituras tentem estimular a chegada de novos entrantes, é preciso proteger o comércio local. “É necessário levantar o quanto essas lojas gerariam de venda adicional e quanto tiraria da venda local para pensar em estratégias.”

Atento a isso, em Uruguaiana, Braccini afirma que a prefeitura está realizando “um censo do comércio para, a partir daí, realizar um trabalho de consultoria para que também absorvam o novo público.”

De acordo com ele, a prefeitura já alterou a legislação autorizando a abertura do comércio até às 22h e o funcionamento durante sábados, domingos e feriados. “Além disso, fechamos parceria com o Senac para montar cinco cursos com 640 vagas para qualificação”, diz.

Mesmo com uma crise forte nos municípios, que dificulta o investimento em infraestrutura, ele cita que medidas como a instalação de 45 placas de sinalização. “A tendência é ampliar os aportes aos poucos”, lembra.

De acordo com ele, cerca de 1,5 milhão de turistas passaram pela cidade entre dezembro e março, “mas nem todos entraram”. Agora, a ideia da prefeitura é incentivar o avanço do parque hoteleiro e difundir o turismo rural [fazendas históricas, sítios arqueológicos e outros] para tentar garantir que o visitante de compra também aproveite o turismo local.

Previsões

DCI - 17/04/2018

Mercado reduziu a previsão de alta para a economia pela terceira semana seguida. De acordo com o relatório Focus divulgado ontem (16) pelo Banco Central (BC), o mercado financeiro revisou de 2,80% para 2,76% a expectativa para a expansão o Produto Interno Bruto (PIB) no acumulado deste ano. Já para 2019, os analistas consultados pelo BC mantiveram a projeção de crescimento em 3%, mesmo patamar de quatro semanas atrás. / Agências

Economistas consultados pelo Banco Central (BC) projetam inflação a 3,48%. Sob influência dos dados mais recentes de preços, divulgados na semana passada, o mercado reduziu, pela 11ª semana consecutiva a previsão para o Índice Nacional de Preços aos Consumidor Amplo (IPCA) de 2018. No último levantamento Focus estava em 3,53%. Já a projeção para 2019 caiu de 4,09% para 4,07%. / Agências

Estimativa para a taxa básica de juros ao final deste ano segue em 6,25%. O relatório Focus desta semana mostrou que as expectativas para a Selic estão inalteradas mesmo após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter divulgado, na semana passada, uma inflação oficial de apenas 0,09% em março. Da mesma forma, a projeção para a Selic em 2019 seguiu em 8,00% ao ano, há um mês, neste mesmo nível.

Número de acordos trabalhistas recua 29% no 1º trimestre

Valor Econômico - 17/04/2018

O número de acordos e convenções coletivas registrados no Ministério do Trabalho caiu de forma expressiva nos primeiros meses deste ano, em relação ao ano passado, e também à média dos últimos cinco anos, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FipeUSP).

O recuo indica que patrões e empregados têm tido mais dificuldade em chegar a bom termo nas negociações este ano, segundo sindicatos e especialistas. Pontos da reforma trabalhista estariam contribuindo para o impasse entre ambos os lados.

De acordo com o Dieese, 2.802 acordos foram registrados no primeiro trimestre, 29% menos que em igual período do ano passado, quando o número foi de 3.939. A média entre 2012 e 2017 foi de 3,8 mil. Os números de janeiro a março referem-se a instrumentos coletivos acordados para 2018.

No levantamento da Fipe, que leva em conta o mês de início dos acordos, houve 1.841 acordos fechados no primeiro bimestre, de uma média de 2,8 mil nos cinco anos anteriores. A média dos cinco anos é de 2,8 mil acordos. Esses acordos não são necessariamente salariais. Eles podem conter negociações como compensação de feriados, banco de horas, PLR, entre outros itens.

Para Helio Zylberstajn, coordenador do boletim Salariômetro, há cautela de ambos os lados sobre o que pode ser incluído ou não nos acordos. Um dos pontos polêmicos, diz, é o fim da contribuição sindical, uma das principais formas de financiamento dos sindicatos, extinta pela nova lei.

"Sindicatos têm procurado incluir cláusula para autorizar o desconto em salário, mas algumas empresas se negam por receio de cometer uma ilegalidade", afirma. Segundo ele, há muita dúvida sobre o que pode ser questionado posteriormente na Justiça.

De outro lado, sindicatos pressionam por manter as cláusulas dos acordos feitos antes do início da vigência da reforma, em novembro de 2017. No ano passado, por exemplo, o acordo feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC incluiu uma cláusula para que as alterações na CLT previstas pela reforma trabalhista não sejam aplicadas sem negociação.

Sergio Butka, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Curitiba, afirma que desde o início da crise econômica houve dificuldade para renovar acordos individuais (feitos empresa por empresa), mas agora a situação piorou. Nas negociações deste início de ano, o contingente de trabalhadores protegidos por acordos individuais passou de 90% para 60% do total.

Butka diz que os acordos individuais complementam a convenção coletiva (que abrange toda a categoria). "Fechada a convenção, fazemos acordos individuais com cada empresa para melhorar pontos como participação nos lucros."

Segundo o sindicalista, alguns segmentos do setor metalúrgico paranaense não fecharam convenção no início do ano por causa de itens trazidos pela reforma como, por exemplo, a não obrigatoriedade de fazer a rescisão do contrato no sindicato. "É preferível ficar sem convenção que ratificar itens da reforma nos acordos", diz ele.

Com data-base vencida em março, os professores do ensino básico no setor privado em São Paulo estão sem acordo em vigor. Segundo Luiz Antonio Barbagli, presidente do Sinpro, sindicato da categoria, pela primeira vez desde 2003 patrões e empregados do setor irão a dissídio. Segundo Barbagli, as cláusulas do acordo, basicamente as mesmas há 20 anos, não foram renovadas. Com a inflação do INPC abaixo de 2% em 12 meses, a reposição salarial não tem sido um entrave, diz.

Entre as propostas das escolas sobre as quais não houve acordo estão a redução do recesso escolar de 30 para 20 dias. Para Barbagli, a reforma reduziu o poder de pressão dos sindicatos, porque permite negociações diretas com os empregados, por isso não há interesse em fechar acordos.

Benjamim Ribeiro da Silva, presidente do sindicato patronal das escolas, o Sieceesp, diz que as condições previstas nos acordos precisam ser atualizadas. "Queremos reduzir o recesso porque há dificuldade em completar 200 dias de

aulas no ano. Há dificuldade em fazer compensação de feriados e queremos normatizar o banco de horas", afirma ele.

Para Luis Ribeiro, técnico do Dieese, a queda nos acordos é um indicativo de negociações mais difíceis. Ele pondera que a reforma pode ser uma causa, mas é preciso cautela na avaliação. "Pode ser que as negociações estejam mais duras, pode ser que estejam mais demoradas. Ou os sindicatos podem ter deixado de registrar os acordos no sistema", diz. Ribeiro ressalta, porém, a insegurança jurídica.

"Ainda não há jurisprudência sobre a reforma. Há uma insegurança geral de ambos os lados", diz. Ele lembra que a MP que iria alterar alguns pontos polêmicos da reforma vai perder a validade no fim deste mês, se não for votada pelo Congresso, o que contribui para a incerteza geral.

Apesar da dificuldade nas negociações, caiu o número de dissídios que deram entrada no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que cobre São Paulo (região metropolitana e Baixada Santista). De acordo com o tribunal, 16 dissídios foram distribuídos no primeiro trimestre deste ano, ante 70 no mesmo período do ano passado e 64 nos primeiros três meses de 2016. Havia 1.029 dissídios pendentes de julgamento no período, ante 1.136 e 1.126 nos mesmos períodos em 2017 e 2016, respectivamente.

Dez entraves ao saneamento

Valor Econômico - 17/04/2018

Yves Besse

Fala-se muito e há muito tempo do saneamento, dos seus entraves e das suas soluções, mas poucos resultados aparecem. Tem algo errado, sem dúvida. O erro começa pelo desconhecimento dos problemas e, conseqüentemente, a aplicação de soluções inadequadas.

O principal problema é a falta de vontade política. Estamos falando de serviço público, que depende de vontade política. Há um desconhecimento muito grande dos nossos gestores públicos e dos nossos políticos sobre o que é realmente o saneamento. O saneamento é muito diferente dos outros serviços de infraestrutura. Ele é muito mais social do que uma estrada, um aeroporto, porque ele afeta a vida. Por essa característica, ele acaba sendo utilizado politicamente em detrimento dele mesmo.

Outro problema é a herança maldita do Planasa (Plano Nacional de Saneamento), instituído em 1969. Um grande plano que trouxe avanços nas décadas de 70 e 80, durante o período da ditadura militar. Hoje, em plena democracia, cerca de 70% do nosso saneamento básico ainda vivem na ditadura militar, na qual as companhias de saneamento fazem o que querem, mandam nos governadores, nos prefeitos e em certos casos até no governo federal. Não reconhecem a legitimidade da titularidade municipal e não respeitam as diretrizes do novo marco regulatório de 2007. Não planejam, não querem ser regulados, não querem a regularização dos seus contratos, não

buscam a sustentabilidade econômica e financeira com eficiência e não estão preocupados com a universalização dos serviços sob sua responsabilidade.

Um terceiro problema é a falta de memória e aprendizado. Há 20 anos, o governo federal implementou um programa de renegociação de dívida com os Estados, colocando a privatização da Cesb como contrapartida para adesão a esse programa. Hoje, o mesmo programa foi retomado com os mesmos objetivos de renegociação de dívida entre estados e governo federal, com o uso do mesmo BNDES para modelizar essa privatização. Não somente não avaliaram os resultados de 20 anos atrás para relançar o programa como estão cometendo os mesmos erros que levaram ao fracasso anterior.

O quarto problema é a falácia da falta de recursos para investir em saneamento. O Brasil é um dos poucos países do mundo com recursos para investir em saneamento. Esses recursos provem na sua maioria do FGTS e são exclusivos para saneamento e habitação. Todos os anos bilhões de reais são disponibilizados pelo FGTS ao saneamento, que usa menos da metade e o restante é sistematicamente realocado para o próximo ano.

Um quinto problema é a visão distorcida sobre tarifas e subsídios. A tarifa é o principal recurso que o saneamento possui para investir. Para isso, devem ser justas, adequadas e transparentes, e os serviços devem ser prestados com sustentabilidade econômica e financeira para viabilizar seus investimentos. Da mesma forma, os subsídios devem ser diretos e direcionados para quem os necessita. Porém, o nosso saneamento trabalha com tarifas demagógicas utilizadas para fazer política e sem sustentabilidade econômica e financeira.

O sexto problema é o desconhecimento, consciente ou não, das modelagens e dos resultados da participação do setor privado como prestador dos serviços. Dizem que a privatização gera desemprego, aumento de tarifa, lucro abusivo e corrupção. Dizem que as empresas privadas focam nas cidades maiores, mais ricas e com população com situação sócio-econômica mais elevada. Mas a realidade mostra que é o contrário: os operadores privados geram empregos ao investirem, substituem tarifas demagógicas por tarifas justas e adequadas, têm lucro regulado e eliminam a corrupção concentradas nas estatais.

O sétimo problema é uma visão distorcida do próprio setor privado sobre saneamento. Muitos grupos privados acham que saneamento é obra, até por uma demanda dos gestores públicos e dos políticos por obras eleitoreiras. Saneamento não é obra; é serviço com investimento. Saneamento é visão de longo prazo, obra é de curto. Quanto maior for o investimento e menor for a respectiva obra, mais eficiente será o serviço para a população.

O oitavo problema é achar que água e esgoto são as mesmas coisas que resíduos e águas pluviais, até porque o termo saneamento no Brasil refere-se a esses quatro serviços. Vimos empresas de resíduos entrando na atividade de água e esgoto. Acabam desenvolvendo soluções inadequadas e obtendo resultados decepcionantes.

O nono problema está ligado a um mercado financeiro que desconhece o setor de saneamento e vice-versa. O tempo e a rentabilidade do mercado financeiro não são condizentes com o tempo e o retorno da atividade de saneamento de longo prazo com rentabilidade regulada. As ferramentas financeiras, sejam de capital ou de dívidas, devem estar adequadas às necessidades do saneamento, assim como as empresas de saneamento devem construir modelos de negócios que sejam compreendidos e aceitos pelo mercado financeiro.

O décimo problema é a confusão que se faz entre serviços públicos de água e esgoto e a gestão dos recursos hídricos. São temas interligados e complementares, mas são de governança e gestão regidas por leis diferentes. O primeiro, pela Lei de saneamento 11.445/ 2007, que define basicamente três pontos para os serviços públicos de água e esgoto: planejamento, regulação e regularização. O segundo, pela Lei 9433/1997, que promove os conceitos de usuários e poluidores pagadores a partir da criação de bacias hidrográficas e suas respectivas agências.

E, finalmente, não podemos esquecer da indiferença sobre os problemas de saneamento. A sociedade convive com a falta de saneamento de maneira passiva e acomodada com os constrangimentos a que é submetida no seu dia a dia, como o mal cheiro e a sujeira das cidades, as poluições dos rios, lagos e baías, as doenças e a mortalidade infantil, além do desrespeito dos seus direitos humanos e de cidadãos.

Temos de ter consciência dessa realidade e começarmos a exigir mudança de postura dos políticos, o respeito do marco regulatório por todas as empresas, sejam elas públicas ou privadas, o combate a falsos dogmas de que falta dinheiro, por exemplo, o fim do uso das tarifas demagógicas e uma eficiente governança e gestão das nossas águas.

Recuperação muito mais lenta que a prevista **O Globo - 17/04/2018**

José Paulo Kupfer

O IBC-Br é mais um ponto na trajetória de uma recuperação muito mais lenta do que a antes prevista para a economia em 2018. Não são mais visíveis indicações de que a atividade econômica encontre condições para crescer 3%. A previsão só continua no radar dos analistas mais otimistas, mas o viés das estimativas é de baixa.

Do início de março para cá, as estimativas para a variação do PIB no Boletim Focus em 2018 recuaram de 2,9% a 2,76%, e o movimento de revisão rumo a um número menor ainda não parece ter chegado ao fim.

Apostas na renovação do fôlego do consumo das famílias e na recuperação um pouco mais animada dos investimentos não estão se confirmando. No primeiro caso, a perda de força se deve ao fato de que a absorção de trabalhadores tem

se dado quase exclusivamente no mercado de trabalho informal, que determina, por sua natureza mais instável, maior hesitação das pessoas em consumir e contrair crediários. Quanto aos investimentos, embora a necessidade de atualização mínima de máquinas e equipamentos, depois de cinco anos de grandes perdas, determine algum tipo de crescimento quase compulsório, outros elementos impedem expansão mais alentada.

As projeções para o crescimento do PIB no primeiro trimestre caíram de 1% para 0,5%, com estimativas, como a do Bradesco, apontando para 0,3%. Se a projeção se confirmar, para chegar a uma expansão de 3% no ano, o avanço a cada trimestre restante terá de alcançar, em média, no mínimo 1,5% — taxa improvável.

A questão não é mais saber se o PIB crescerá 3% em 2018, mas até onde o ritmo de crescimento poderá cair. No início do segundo trimestre, as previsões convergem para expansão anual do PIB de 2,5%. Mas já há analistas projetando crescimento de 2,2% em 2018.

Trump resiste à entrada do Brasil na OCDE

O Estado de S. Paulo - 17/04/2018

Jamil O governo de Donald Trump já deixou claro ao Palácio do Planalto que deu preferência para a adesão da Argentina à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), alegando que existia “respaldo eleitoral” em Buenos Aires pelas reformas que Maurício Macri estaria realizando e que essa não seria a realidade do Brasil. O recado foi dado ao governo brasileiro no final de março, durante encontros de representantes da Casa Civil com Landon Loomis, assessor especial para o hemisfério ocidental e economia global do vice-presidente americano, Mike Pence.

Nos últimos seis meses, o governo brasileiro realizou uma série de encontros com a cúpula da OCDE para encontrar formas de fazer avançar seu processo de entrada no organismo internacional considerado “o clube dos países desenvolvidos”. Mas, ainda que a secretaria da entidade seja favorável à chegada do Brasil, o voto americano tem impedido que o processo ganhe força.

Em janeiro, em Davos, Temer aproveitou reuniões bilaterais para tratar do caso com o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría. O diplomata, porém, sugeriu que o governo brasileiro se aproximasse de membros da administração americana para os convencer dos pontos positivos da adesão do Brasil.

Foi exatamente isso que o Brasil fez. Nos dias 26 e 27 de março, o representante da Casa Civil, Marcelo Guarany, esteve em Washington para encontros, cujo teor foi colocado em telegrama da chancelaria de 3 de abril.

Para o governo, era importante que o processo de adesão do Brasil à OCDE fosse iniciado ainda sob a gestão do presidente Michel Temer.

Um dos efeitos explicados aos americanos, segundo o telegrama obtido pelo Estado, seria a capacidade de o processo na OCDE consolidar o andamento das reformas regulatórias promovidas por Temer.

A resposta da Casa Branca não foi positiva. Num dos documentos, a diplomacia nacional indica que Loomis teria elogiado o “processo de reformas atualmente implementado pelo Brasil”. Mas indicou que, “na visão norte-americana, a OCDE deveria aceitar poucos países por vez, levando em consideração pedidos de diferentes regiões”.

Os pontos da política doméstica pesaram. “Faltaria no Brasil consenso claro sobre as reformas, especialmente por meio de respaldo eleitoral – algo que pôde ser verificado na Argentina nas últimas eleições presidenciais e legislativas”, destacou o texto. Segundo o documento, Loomis indicou que a Argentina estaria um passo adiante.

Brasil aceitou o jogo dos EUA no aço, diz ex-OMC

O Estado de S. Paulo - 17/04/2018

O ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Pascal Lamy afirmou que o Brasil “aceitou o jogo dos Estados Unidos” em relação ao aço, o que é “natural” em processos como esses. “É uma negociação e o Brasil aceitou o jogo de forma voluntária.”

Na semana passada, autoridades dos EUA indicaram ao Brasil que adotarão sistema de cotas para a entrada de aço importado sem restrição tarifária. A sinalização foi dada pelo secretário de comércio dos EUA, Wilbur Ross, em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

Em março, Washington impôs barreiras comerciais contra produtos siderúrgicos, mas voltou atrás em relação a alguns países, como o Brasil, que terão até o fim do mês para acertar novo modelo de comércio do aço com os EUA.

Lamy avalia que o risco de guerra comercial entre EUA e China existe, porém é limitado muito mais por causa da postura “racional” de Pequim que da forma como Washington conduz a política externa.

“Há forças dentro da economia dos EUA que veem uma guerra comercial como danosa para a economia americana. A segunda razão é porque os chineses são extremamente racionais e eles têm se comportado na direção de não haver uma escalada de tensões”, afirmou Lamy, em coletiva de imprensa ontem em São Paulo.

Ele acredita que a postura do presidente da China, Xi Jinping, de prometer maior abertura à economia global vem no sentido de tentar conter o ímpeto de Donald Trump. “Ainda não é possível saber o que Trump está buscando – se são vantagens comerciais específicas para os EUA ou se quer implodir a OMC, para voltar ao antigo modelo de negociações comerciais bilaterais.”

Regra da UE deve atingir empresas de todo o mundo

Valor Econômico - 17/04/2018

Em maio, entra em vigor a nova regulamentação geral de proteção de dados da União Europeia (UE), a GDPR. O bloco de 28 países estabeleceu as primeiras diretrizes em 1995, mas revisou e ampliou as regras para assegurar as informações pessoais e a privacidade de quem reside no território. Entre as mudanças de maior impacto está a expansão da jurisdição. O documento, divulgado em site da UE, explica que todas as companhias que processam ou armazenam informações pessoais de cidadãos europeus - independentemente de onde estão localizadas - estão sujeitas às regras.

Segundo Paula Mena Barreto, sócia do escritório Campos Mello Advogados e especialista na área de propriedade intelectual, a determinação inclui, além das subsidiárias de empresas europeias em outros países, as companhias que possuem relações comerciais com os países do bloco. "Se há captação e atendimento de consumidores na Europa, há obrigação de seguir as regras", diz. Entre os exemplos ela cita sites de comércio eletrônico e o segmento de turismo de lazer e de saúde. "Se um hospital instalado no Brasil vende serviços a pacientes europeus, está sujeito à GDPR. O mesmo vale para resorts com esse público-alvo."

As violações, lembra Paula, custam caro. A regulamentação prevê multas de até 4% do faturamento global anual ou de € 20 milhões. "Será aplicado o maior montante", diz a advogada. As multas mais altas estão previstas em casos nos quais não há consentimento do consumidor para o processamento de dados ou violações à privacidade. Para empresas que não estiverem com os registros em ordem ou deixarem de notificar as autoridades sobre vazamentos, a multa pode chegar a 2% da receita anual global. "Vale lembrar que a multa é o último recurso. A entidade quer conscientizar e promover a segurança digital", diz Paula.

Ainda não está claro como a UE vai fiscalizar e cobrar multas fora de seu território. Mas as medidas estabelecem novo patamar para a proteção de dados pessoais na internet. "É um conjunto robusto de regras, que podem servir como base para os planos de proteção das empresas brasileiras", afirma.

Para Thiago Bordini, diretor de inteligência cibernética do grupo New Space, a regulamentação europeia vai evidenciar a necessidade de padronizar as leis de proteção. "Existem regras conflitantes que prejudicam a gestão dos dados para empresas com atuação global", explica. Se houver um conflito entre a GDPR e os direcionamentos norte-americanos, por exemplo, a empresa terá de separar os dados de seus clientes e tratá-los de forma diferente. "O ideal é formatar um conjunto de regras eficiente para todos. Afinal, a rede de dados é global", afirma.

Ernesto Tirado, diretor da Capgemini, lembra que a GDPR visa a simplificação do ambiente regulatório e tem o objetivo de ampliar os negócios digitais. Segundo ele, entre os pré-requisitos da regulamentação está a conscientização

do valor das informações pessoais. "Alguns aplicativos e websites incluem a palavra 'perpétuo' para os direitos de uso dos dados captados na internet ou nas redes sociais", diz Tirado.

A regulação europeia deve coibir esse tipo de contrato, ao criar mecanismos que permitam ao usuário escolher se quer ou não compartilhar dados. A GDPR prevê que as solicitações de consentimento têm de estar escritas em linguagem clara e acessível, promovendo o entendimento do consumidor sobre o uso das informações. Estabelece ainda a obrigação de facilitar a desistência - permitindo que o usuário retire dados da base a qualquer momento.

Claudio Neiva, vice-presidente de pesquisas do Gartner, ressalta que os prejuízos para imagem das corporações que não oferecem a proteção requerida pela GDPR também serão grandes. O Gartner estima que pelo menos 10% da demanda por serviços de segurança estarão ligados à regulamentação europeia até 2019. "As companhias estão cientes de que é preciso se adequar ao GDPR", diz Neiva. Os projetos de conformidade, explica o especialista, envolvem processos, recursos e tecnologias.

Outro ponto polêmico está na necessidade de manter um departamento para proteção de dados. "Isso significa que a empresa tem de contratar um executivo responsável pela área", lembra Paula. Segundo a advogada, mesmo que a empresa terceirize as soluções de segurança, precisa ter alguém para responder às demandas.

Câmbio pode ser nova área de atrito

Valor Econômico - 17/04/2018

O presidente americano, Donald Trump, acusou a China e a Rússia de desvalorizarem suas moedas, abrindo uma nova frente em seu argumento de que governos estrangeiros se aproveitam da economia dos EUA para conseguir se expandir.

As acusações de Trump são feitas três dias depois de o Tesouro dos EUA ter divulgado um relatório no qual diz que nenhum país está manipulando sua taxa de câmbio.

"A Rússia e a China estão jogando o jogo da desvalorização cambial, no momento em que os EUA continuam aumentando as taxas de juros. Não é aceitável!", escreveu Trump no Twitter.

O ataque alimenta a disputa comercial entre EUA e China, ao mesmo tempo em que é direcionado à Rússia, contra quem os EUA recentemente impuseram sanções.

Após o tuíte de Trump, o Bloomberg Dollar Index caiu para o menor nível desde 27 de março. "É mais um sinal implícito do desejo do governo por um dólar mais fraco, especialmente contra os principais parceiros comerciais", disse Viraj Patel, estrategista do ING Groep NV. "As expectativas de dólar mais

fraco permanecerão no mercado de câmbio, especialmente se Trump mantiver o foco em política mercantilista."

Nos últimos 12 meses, o yuan chinês valorizou 10% em relação ao dólar. O rublo enfraqueceu quase 10% em relação ao dólar no ano passado, sendo boa parte dessa queda depois de os EUA anunciarem recentemente novas sanções contra magnatas russos.

Mundo deve se preparar para uma OMC sem os EUA, diz ex-diretor Lamy

Valor Econômico - 17/04/2018

O mundo precisa se defender da possível tentativa do governo Donald Trump de implodir a Organização Mundial do Comércio (OMC) e estar preparado para uma OMC sem os EUA, afirma Pascal Lamy, ex-diretor-geral da entidade.

Após evento na Câmara Americana de Comércio (Amcham) ontem, em São Paulo, Lamy disse que é difícil saber se Trump busca vantagens comerciais específicas para os EUA ou se quer simplesmente acabar com a OMC e voltar a negociações bilaterais. Ele alerta que os outros países têm de se defender.

"Pensar numa OMC sem os EUA talvez seja uma opção necessária para que não sejamos chantageados. Se a opção é 'você faz isso ou eu saio', então é preciso ter a contraopção 'você sai, mas eu não'".

Para o ex-diretor-geral da OMC é preciso estar preparado para dois cenários. O primeiro é negociar eventuais exigências dos EUA de novas regras, como para subsídios agrícolas. "O Brasil, nesse caso, adoraria ver a OMC regulamentando subsídios agrícolas dos EUA."

O outro cenário é o de proteger a OMC da ofensiva dos EUA. "Se o cenário for o de minar a OMC, terá de haver uma séria coalizão para impedi-los. Se quiserem acabar com a OMC, não vamos aceitar, temos de mantê-la funcionando."

Para Lamy, a decisão do Brasil de aceitar cotas de exportação de aço para os EUA, em troca de suspensão das sobretaxas até 30 de abril, mostra que o país já está aceitando o jogo imposto por Trump. "Se um país como o Brasil aceitou voluntariamente restrições, Trump conseguiu o que queria", disse sobre o acordo costurado entre o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes. "Aceitar restrições voluntárias é como voltar aos anos 1960", criticou.

Para ele, aceitar as regras de Trump é deixar prevalecer um jogo bilateral em vez do multilateralismo conquistado nas últimas décadas. "Se Trump tentar acabar com a OMC e for bem-sucedido nisso, a OMC vai se tornar irrelevante. Não acredito que ele queira isso."

Apesar da falta de clareza em relação aos planos de Trump, Lamy vê risco limitado de uma escalada para uma guerra comercial entre EUA e China. Isso porque, afirma, há forças dentro dos EUA que veem uma guerra comercial como potencialmente destruidora para a economia americana.

A segunda razão é porque os chineses são "extremamente racionais" e se comportarão de modo a não haver uma escalada. "A China será racional. Não buscará uma escalada, mas sim uma resposta proporcional", disse.

Por outro lado, observou com entusiasmo, o presidente chinês, Xi Jinping, indicou no Fórum de Boao, na semana passada, maior abertura em algumas áreas, como serviços financeiros e energia. "Se entendi bem, Trump viu isso de maneira positiva. Mas isso pode ter mudado. Não sei, porque eu não acompanho o Twitter a todo minuto."